



Em 2018, a Bayer aumentou suas vendas e lucros, atingiu suas metas operacionais e completou com sucesso a maior aquisição de sua história, passando a ser líder em agricultura. "Definimos o rumo certo para o futuro. Nos últimos anos, temos sistematicamente desenvolvido o foco em uma empresa de ciências da vida, claramente alinhada às megatendências em saúde e agricultura e unidos sob a forte marca guarda-chuva Bayer. A aquisição na agricultura nos elevou à posição número um nesse mercado. A integração das duas empresas teve um excelente início", disse Werner Baumann, presidente do Conselho de Administração - em coletiva de imprensa. As vendas do grupo avançaram em 4,5% (Fx & portfólio aj.) para 39.586 bilhões de euros. Para 2019, a empresa espera que as vendas totalizem cerca de 46 bilhões de euros, o que corresponde a um aumento de aproximadamente 4%. **Crop Science:** A Crop Science, divisão agrícola da Bayer, registrou vendas de 14.266 bilhões de euros, sendo que os negócios adquiridos representaram cerca de 5,3 bilhões de euros deste valor. Em comparação a esses números, os negócios vendidos à BASF foram responsáveis por 1,5 bilhão de euros antes do fechamento das transações em agosto de 2018. O aumento de 6,1% de caixa é, em grande parte, resultado da normalização dos estoques de defensivos químicos no Brasil, onde os negócios no ano anterior foram impactados pelas medidas necessárias nesse contexto. As vendas também aumentaram nas regiões da Ásia/Pacífico e América do Norte. **Pharmaceuticals:** As vendas de medicamentos sujeitos a prescrição

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| Ativo | Nota explicativa | | Passivo e Patrimônio Líquido Circulante | |
|--|------------------|-----------|---|-----------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Circulante | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 126.984 | 14 | 271.150 |
| Contas a receber | 6 | 5.045.928 | | 732.588 |
| Estoques | 7 | 2.018.711 | 10 | 763.555 |
| Impostos a recuperar | 8 | 268.592 | 10 | 2.570.207 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 22 | 60.431 | | 5.765.454 |
| Outros ativos | | 129.508 | | 234.365 |
| Total do ativo circulante | | 7.650.154 | | 51.958 |
| | | | 15 | 1.285.663 |
| | | | 22 | 4.747 |
| | | | | 71.978 |
| | | | | 5.986.211 |
| Não Circulante | | | | 7.932.395 |
| Realizável a longo prazo: | | | | |
| Contas a receber | 6 | 99.547 | 10 | 558.482 |
| Impostos a recuperar | 8 | 18.094 | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 9 | 1.193.892 | 16 | 84.021 |
| Depósitos judiciais | | 153.031 | 17.b | 310.487 |
| | | 1.464.564 | | |
| Investimentos | 11 | 8.917 | | |
| Imobilizado | 12 | 594.575 | | |
| Intangível | 13 | 14.663 | | |
| Total do ativo não circulante | | 2.082.719 | | |
| Total do Ativo | | 9.732.873 | | |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018

| | Nota explicativa | | Outros resultados abrangentes | Reserva de lucros | Lucros acumulados | Total |
|---|------------------|-----------|-------------------------------|-------------------|-------------------|-----------|
| | Capital social | de lucros | | | | |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2016 | 1.308.041 | (25.054) | 1.641.923 | | 2.924.910 | |
| Prejuízo líquido do exercício | | | | | (422.478) | (422.478) |
| Resultados abrangentes | | (40.670) | | | | (40.670) |
| Acerto da incorporação de participação em controlada | 1 | | (4.087) | | | (4.087) |
| Pagamento de juros sobre o capital próprio | 10 | | | | | |
| Transferência para reserva de lucros | | 21.120 | (443.598) | 422.478 | | |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2017 | 1.308.041 | (44.604) | 1.194.238 | | 2.457.675 | |
| Adoção inicial do IFRS 09/CPC 48 | 6 | | (187.125) | | | (187.125) |
| Saldos em 01 de Janeiro de 2018 | 1.308.041 | (44.604) | 1.007.113 | | 2.270.550 | |
| Lucro (Prejuízo) líquido do exercício | | | | 520.721 | 520.721 | 520.721 |
| Resultados abrangentes | | (8.931) | | | | (8.931) |
| Aumento de capital | 18 | 324.961 | | | | 324.961 |
| Juros sobre o capital próprio | 10 | | (382.306) | | | (382.306) |
| IR/CS diferidos CPC 48/IFRS 09 instrumentos financeiros | | | 63.623 | | | 63.623 |
| Reserva legal | | | 26.036 | (26.036) | | |
| Transferência para reserva de lucros | | | 10.295 | (494.685) | | |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2018 | 1.633.002 | (43.240) | 1.198.856 | | 2.788.618 | |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: A Bayer S.A. ("Companhia") tem sua sede localizada na Rua Domingos Jorge, 1.100, Socorro, cidade de São Paulo, estado de São Paulo. Possui como controlador final a Bayer AG, sediada na Alemanha, cujas ações estão listadas na Bolsa de Frankfurt. A Companhia opera no Brasil há 123 anos e tem suas operações, preponderantemente, focadas nas áreas de saúde e agronegócios. A Companhia está atualmente organizada em três divisões: Pharmaceuticals, Consumer health ("Consumer") e Crop Science. A divisão Pharmaceuticals se pauta na comercialização de medicamentos com receita médica, especialmente para a saúde das mulheres e cardiologia, assim como nas áreas terapêuticas de oncologia, hematologia e oftalmologia. A divisão também inclui a unidade de negócios de radiologia, que comercializa equipamentos de imagem e diagnóstico, juntamente com os agentes de contraste. A divisão Consumer Health é constituída pela comercialização de medicamentos isentos de prescrição tais como analgésicos, antiérgicos, gripes e resfriados, dermatologia, nutrição, proteção solar entre outros. A divisão Crop Science é fortemente dedicada na formulação de defensivos agrícolas em geral, como inseticidas, fungicidas, formicidas, herbicidas e outros produtos químicos correlatos para a agricultura, pecuária e saúde animal. No exercício de 2018, a Companhia concluiu a operação de desinvestimento de ativos à empresa Basf S.A. Tais ativos eram associados ao então segmento de Seeds (focado no desenvolvimento de sementes genéticas) e esse segmento teve de ser desinvestido como requerimento global dos órgãos reguladores de defesa econômica (incluindo o CADE no Brasil) em função da aquisição pela Bayer AG da Monsanto Company. Tal operação representou a venda dos ativos ligados à divisão de sementes, que resultou em um ganho de R\$265.618. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Companhia em 29 de abril de 2019. **2. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. **2.2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, e investimentos, que são mensurados pelo método da equivalência patrimonial e não são consolidados, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de alta liquidez e com risco insignificante de mudança em seu valor justo. Os investimentos de alta liquidez são valorizados com base no valor original, acrescido de juros incorridos até as datas dos balanços. **2.4 Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de preços de commodities e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, opções e contratos de commodities a termo, além de swaps de moedas e commodities. A nota explicativa nº 22 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de *hedge*; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge*. **2.5 Contabilização de**

médica aumentaram 3,4% para 16.746 milhões de euros. As vendas do anticoagulante oral Xarelto®, do medicamento para os olhos Eylea®, tratamento contra o câncer Stivarga® e Xofigo®, além do tratamento para hipertensão pulmonar Adempas® avançaram 13,5% para 6.838 bilhões de euros. As vendas de Xofigo® diminuíram 10,3% devido à menor demanda nos Estados Unidos e na Europa. O crescimento mais forte entre os outros principais produtos de Pharmaceuticals foi registrado para o tratamento de diabetes Glucobay®. As vendas subiram 13,8% por conta da expansão robusta de volumes na China. Porém, os medicamentos para tratamento com esclerose múltipla Betaferon® diminuíram em 13% como resultado do ambiente de mercado competitivo nos Estados Unidos. **Consumer Health:** As vendas de Consumer Health ficaram em nível ano a ano, em 5.450 bilhões de euros. Os negócios cresceram na América Latina e Ásia/Pacífico. Por outro lado, as vendas caíram na América do Norte e na Europa/Oriente Médio/África. Os negócios com a vitamina pré-natal Natele® aumentaram 16,9% devido à forte demanda contínua e às extensões da linha de produtos nas regiões Ásia/Pacífico e Europa/Oriente Médio/África. A divisão também registrou ganhos de vendas para seu produto MiraLAX™ - indicado para tratar constipação - e para os produtos da linha Bepantol® para cuidados com a pele. As vendas do anti-histamínico Claritin® caíram 6,3%, principalmente devido aos negócios nos Estados Unidos, o principal mercado de vendas, que foi impactado pela fraca temporada neste segmento de mercado e pela

competição intensificada. As vendas de produtos para cuidado íntimo GinoCanesten® diminuíram 8,2% como resultado de interrupções temporárias no fornecimento. **Animal Health:** As vendas de Animal Health chegaram a 1.501 bilhões de euros em 2018, correspondendo ao nível do ano anterior. O negócio foi expandido em todas as regiões exceto Europa, Oriente Médio e África. As vendas da coleira antipulgas e carrapatos Seresto® aumentaram em 28,5%, enquanto os negócios com a família de produtos Advantage® para controle de pulgas, carrapatos e parasitas caíram 9,3%. Um aumento no custo dos produtos vendidos e um impacto negativo nas vendas e lucros da aplicação de novos padrões de relatórios financeiros (IFRS 15) foram compensados por despesas de vendas mais baixas e outros fatores. **Bayer: Se é Bayer, é bom (Science For a Better Life):** A Bayer é uma empresa global focada em Ciências da Vida nas áreas de saúde e nutrição. Seus produtos e serviços são desenvolvidos para beneficiar pessoas apoiando-as para superar os maiores desafios apresentados pelo crescimento e envelhecimento populacional. Além disso, a companhia visa criar valor por meio da inovação e crescimento. A Bayer é comprometida com os princípios do desenvolvimento sustentável e a marca Bayer representa confiança, credibilidade e qualidade ao redor do mundo. No ano fiscal de 2018, com cerca de 117 mil colaboradores, obteve vendas de € 39,6 bilhões. Os investimentos totalizaram € 2,6 bilhões e as despesas com Pesquisa & Desenvolvimento somaram € 5,2 bilhões. Para mais informações, acesse www.bayer.com.br.

Demonstração do Resultado para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| | Nota explicativa | |
|---|------------------|-------------|
| | 2018 | 2017 |
| Receita Operacional Líquida | 19 | 7.844.136 |
| Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados | 20 | (5.367.916) |
| Lucro Bruto | | 2.476.220 |
| Receitas (Despesas) Operacionais | | |
| Com vendas | 20 | (1.562.869) |
| Gerais e administrativas | 20 | (657.200) |
| Outras receitas operacionais, líquidas | 20 | 210.991 |
| | | (2.009.078) |
| Lucro (Prejuízo) Operacional antes das Participações Societárias e do Resultado Financeiro | | 467.142 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 11 | 1.871 |
| Resultado Financeiro | | |
| Despesas financeiras | 21 | (762.501) |
| Receitas financeiras | 21 | 857.248 |
| Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social | | 563.760 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | | |
| Do exercício | | (76.277) |
| Diferidos | | 33.238 |
| Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício | | 520.721 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| | 2018 | 2017 |
|--|----------|-----------|
| Prejuízo Líquido do Exercício | 520.721 | (422.478) |
| Outros Componentes do Resultado Abrangente | | |
| Ganho (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria | (10.295) | (21.120) |
| Hedges de fluxo de caixa, líquidos dos impostos | 1.364 | (19.550) |
| Total do resultado abrangente do exercício | 511.790 | (463.148) |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

| | Nota explicativa | 2018 | 2017 |
|---|------------------|-------------|-----------|
| Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais | | | |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social | | 563.760 | (646.342) |
| Ajustes ao lucro: | | | |
| Imposto de renda e contribuição social | | (43.039) | |
| Depreciação e amortização | 20 | 105.397 | 109.244 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 11 | (1.871) | (3.118) |
| Perda (ganho) na venda de ativo imobilizado e intangível | | (226.175) | 15.166 |
| Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e ajuste a valor presente | 6 | (108.760) | 500.315 |
| Ajuste a valor presente | 6 | (14.867) | (247.283) |
| Provisão (reversão de provisão) para obsolescência dos estoques | 7 | (53.863) | 49.041 |
| Provisão de passivos tributários, cíveis e trabalhistas e atualização monetária | 16 | (35.631) | (11.028) |
| Marcação a mercado de instrumentos financeiros | | (133.681) | 117.238 |
| Provisão para desinvestimento Animal Health | 12 | 1.337 | |
| Juros, variações monetárias e cambiais | 14 | 353.927 | 35.257 |
| Varição de ativos e passivos: | | | |
| Contas a receber | 6 | 505.715 | 1.794.094 |
| Estoques | 7 | (139.108) | (144.731) |
| Depósitos judiciais | | (13.293) | (4.654) |
| Impostos a recuperar | 8 | (31.787) | 226 |
| Outros ativos | | (15.695) | (19.030) |
| Fornecedores e fornecedores partes relacionadas | | 948.090 | (413.766) |
| Salários e encargos sociais | | 32.681 | (98.687) |
| Impostos a pagar | | (84.455) | 9.583 |
| Pagamentos associados a processos tributários, cíveis e trabalhistas | | (24.824) | (8.834) |
| Benefícios pagos a empregados | | (40.552) | (40.210) |
| Outros passivos e provisões diversas | | 255.513 | 284.682 |
| Caixa gerado pelas atividades operacionais, antes do pagamento de juros | | 1.798.819 | 1.277.163 |
| Juros pagos | | (420.731) | (787.052) |
| Caixa gerado pelas atividades operacionais | | 1.378.088 | 490.111 |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento | | | |
| Aquisições (baixas) de investimentos | 11 | 2 | (2) |
| Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível | 12 e 13 | (116.068) | (170.399) |
| Baixa por venda de bens do ativo imobilizado e intangível | | (402.748) | |
| Ingresso de caixa advindo das vendas de ativo imobilizado e intangível | | 725.519 | |
| Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento | | 206.705 | (170.401) |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento | | | |
| Amortização de empréstimos - terceiros e partes relacionadas | 10 e 14 | (2.102.082) | 205.220 |
| Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento | | (2.102.082) | 205.220 |
| Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa | | (517.289) | 524.930 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | 644.273 | 119.343 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | | 126.984 | 644.273 |
| Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes 3 Caixa | | (517.289) | 524.930 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua →

→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

histórico atualizado monetariamente por juros e, nos casos em que existam passivos ou provisões, o depósito correspondente é registrado como redutor do saldo até a conclusão do respectivo processo judicial, conforme descrito na nota explicativa nº 16. **2.9 Investimentos em controladas e coligadas:** Os investimentos em empresas controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas e equiparadas são eliminados na medida da participação da Companhia; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação implique em evidências de perda permanente ("impairment") do ativo transferido. Quando necessário, as práticas contábeis da controlada e coligadas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas acumuladas das coligadas e controladas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha assumido obrigações ou feito pagamentos em nome dessas Companhias. A Companhia avaliou os efeitos da não consolidação de seus investimentos em controladas e concluiu que os mesmos não impactam de forma significativa as demonstrações financeiras da Companhia. Desta forma, optou por não apresentar demonstrações financeiras consolidadas. Os detalhes das controladas e coligadas estão apresentados na nota explicativa nº 11. **2.10 Imobilizado:** Os itens do imobilizado estão demonstrados ao valor de custo, deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear, com base no tempo estimado de vida útil dos bens, demonstrado na nota explicativa nº 12. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados periodicamente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os custos diretamente atribuíveis aos projetos e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados durante a fase de construção do ativo. Tais imobilizações são classificadas em categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Os terrenos não são depreciados. Os reparos e a manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **2.11 Ativos intangíveis: Softwares:** As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso; • A administração pretende concluir o *software* e usá-lo; • O *software* pode ser usado; • Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros; • Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar o *software*; e • O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos diretamente atribuíveis são capitalizados como parte do produto de *software*. Critério similar é adotado para custos relacionados aos prestadores de serviços (consultores), em que somente os gastos de honorários aplicáveis ao desenvolvimento técnico são tratados como custos de capitalização do *software*. Os gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **Marcas e patentes:** As marcas e patentes são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. Posteriormente, uma vez que têm vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada. **Ágio:** O ágio relacionado a aquisições anteriores a 31 de dezembro de 2007, registrado com base na expectativa de resultados futuros e com vida útil indefinida, foi amortizado no prazo de cinco anos até 31 de dezembro de 2008, conforme determinado pelo pronunciamento técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07, cessando essa amortização a partir de 1º de janeiro de 2009. Anualmente, o saldo líquido do ágio é comparado com o valor líquido recuperável e, se for o caso, uma provisão para perdas é reconhecida. **2.12 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** Anualmente, ou à medida que surjam indícios de perda de valores em intervalos menores, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. Quando aplicável, a reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Com relação ao ágio, não é permitida a reversão do ajuste por perda após o seu registro. **2.13 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** A moeda funcional definida pela Companhia para a elaboração das demonstrações financeiras é o Real (R\$), por refletir mais adequadamente o ambiente econômico de atuação da Companhia e de suas controladas. A moeda de apresentação também é o real (R\$). **2.14 Transações em moeda estrangeira:** Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da sua moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio para a moeda funcional vigentes na data de cada transação. Os itens monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes nas datas dos balanços, sendo as variações cambiais reconhecidas no resultado do período em que ocorrerem. Os itens não monetários adquiridos em moeda estrangeira têm seu custo histórico determinado na moeda funcional (real - R\$) com base na taxa vigente na data da aquisição. **2.15 Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.15.1 Reestruturações:** A provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia tiver um plano

BAYER S.A. - São Paulo - SP - CNPJ nº 18.459.628/0001-15

formal detalhado para a reestruturação e tiver criado uma expectativa válida nas partes afetadas de que irá realizar a reestruturação, começando a implantar esse plano ou anunciando suas principais características àqueles afetados por ela. A mensuração da provisão para reestruturação inclui somente os gastos diretos decorrentes da reestruturação, que correspondem aos valores necessariamente vinculados à reestruturação e os que não estiverem associados às atividades continuadas da empresa. **2.15.2 Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. É constituída provisão para todos os riscos referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusão de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.16 Tributação:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos no resultado corrente, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar em do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferido ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **2.17 Benefícios a empregados: Obrigações de aposentadoria:** A Companhia oferece a seus empregados, tanto plano de benefício definido como de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições adicionais ou complementares para o caso onde o fundo não tenha ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios já contribuídos com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependentes diversos fatores como idade, tempo de serviço e remuneração. O plano de benefício definido foi oferecido aos colaboradores até junho de 2004 sendo hoje, portanto, um plano fechado (sem novos participantes). O montante reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados em outros resultados abrangentes e transferida, subsequentemente, para reservas de lucros acumulados e não é reclassificada para o resultado. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido. Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão privado de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. **Assistência médica pós-aposentadoria:** Até 31 de dezembro de 1998, a Companhia oferecia a seus funcionários o benefício de plano de saúde pós-aposentadoria. O benefício era concedido quando (i) o funcionário possuía mais de 55 anos de idade; e (ii) tinha cumprido com um período mínimo de dez anos de trabalho na Companhia. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se de uma metodologia contábil semelhante a dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados. Atualmente o plano se caracteriza como um plano fechado, isto é, sem novos participantes desde dezembro de 1998. **Participação nos lucros e bônus:** Uma conta passiva para benefícios de funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus, é reconhecida em "Salários e encargos sociais" quando não há alternativa realista a não ser liquidar o passivo e ao menos quando uma das seguintes condições é satisfeita: • Existe um plano formal e os valores a serem pagos são determinados antes da época de emissão das demonstrações financeiras. • A prática passada criou uma expectativa válida nos funcionários de que eles receberão bônus/participação nos lucros e o valor pode ser estimado confiavelmente antes da época de emissão das demonstrações financeiras. • A expectativa é de que as contas passivas de participação nos lucros e planos de bônus sejam liquidadas em até 12 meses e sejam medidas pelos valores que se espera que sejam quitadas. **2.18 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. Suas principais receitas são oriundas da venda de mercadorias, produtos e serviços que são reconhecidas conforme novo modelo de cinco etapas de reconhecimento de receita, a saber: (i) Identificação dos contratos com clientes; (ii) Identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) Determinação do preço da transação; (iv) Alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; (v) Reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. **Venda de produtos:** A receita de vendas é reconhecida quando o controle da mercadoria ou produto é transferido ao cliente. **Vendas de serviços:** A receita de serviços prestados é reconhecida, quando da efetiva prestação dos serviços, mediante a emissão do documento de faturamento seguindo o princípio da competência. **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando um componente de juros é identificado em relação a contas a receber específicas, a Companhia reduz o valor contábil para o valor presente, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber. **2.19 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** Os juros sobre o capital próprio pagos ou a pagar são registrados a débito da rubrica Reservas de Lucros. **3. Novos Pronunciamentos: 3.1. Adoção das IFRS e CPCs novos e revisados:** No exercício corrente, a Companhia aplicou di-

versas emendas e novas interpretações às IFRS e aos CPCs emitidas pelo IASB e pelo CPC, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2018. **3.1.1. Impacto da adoção inicial da IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos financeiros:** A Companhia adotou a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (revisada em julho de 2014) e as correspondentes alterações relevantes às outras IFRS no exercício corrente, em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A IFRS 9 introduziu novas exigências para: 1) A classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, 2) A redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e 3) A contabilização geral de *hedge*. A Companhia adotou a IFRS 9 de acordo com as disposições de transição descritas na IFRS 9. Os detalhes dessas novas exigências, bem como seu impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, estão descritos a seguir. **Classificação e mensuração de ativos financeiros:** (a) A data de adoção inicial (isto é, a data na qual a Companhia avaliou seus ativos e passivos financeiros com base nas exigências da IFRS 9) foi 1º de janeiro de 2018. Todos os ativos financeiros reconhecidos que fazem parte do escopo da IFRS 9 devem ser subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo com base no modelo de negócios da Companhia para gestão de ativos financeiros e nas características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros. **Especificamente:** Os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja o de coletar os fluxos de caixa contratuais e que tenham fluxos de caixa contratuais que correspondam exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto, são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e Todos os outros investimentos em ativos financeiros e investimentos em instrumentos patrimoniais são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros: Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros em custo amortizado. Essa classificação é baseada no modelo de negócio adotado para gestão de ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais. **Custo amortizado:** São reconhecidos a custo amortizado os ativos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber de clientes" e "Outros créditos". **Mensuração inicial:** No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro. Para o contas a receber de clientes, o mesmo é avaliado inicialmente pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. **Mensuração subsequente:** Observando a classificação dos ativos a mensuração subsequente será: (i) Custo amortizado: Esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente à perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. (ii) Valor justo por meio do resultado: Os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Em relação à redução ao valor recuperável de ativos financeiros, a IFRS 9 requer um modelo de perdas de crédito esperadas em contrapartida a um modelo de perdas de crédito incorridas de acordo com a IAS 39 (CPC 38). O modelo de perdas de crédito esperadas requer que a Companhia contabilize as perdas de crédito esperadas e as variações nessas perdas de crédito esperadas em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial dos ativos financeiros. Em outras palavras, não é mais necessário que um evento de crédito ocorra antes que as perdas de crédito sejam reconhecidas. Especificamente, a IFRS 9 requer que a Companhia reconheça uma provisão para perdas de crédito esperadas sobre o contas a receber. Em particular, a IFRS 9 requer que a Companhia mensure a provisão para perdas para um instrumento financeiro em valor equivalente à Perda de Crédito Esperada (PCE) durante a vida útil se o risco de crédito relacionado a esse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, ou se o instrumento financeiro corresponder a um ativo financeiro sujeito à redução ao valor recuperável adquirido ou originado. Porém, se o risco de crédito relacionado a um instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial (exceto para um ativo financeiro sujeito à redução ao valor recuperável adquirido ou originado), a Companhia deve mensurar a provisão para perdas para aquele instrumento financeiro em um valor correspondente à PCE do período de 12 meses. A IFRS 9 requer ainda uma abordagem simplificada para a mensuração da provisão para perdas em um valor correspondente à PCE durante a vida útil para contas a receber, ativos de contrato e valores a receber de arrendamento em determinadas circunstâncias. **Passivos financeiros: Classificação:** Os passivos financeiros da Companhia são classificados como custo amortizado, representado por fornecedores e empréstimos e financiamentos. **Reconhecimento inicial:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação (no caso de empréstimos, financiamentos e fornecedores). **Mensuração subsequente:** Observando a classificação dos passivos a mensuração subsequente será: (i) Custo amortizado: São contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos e no reconhecimento da amortização. (ii) Valor justo por meio do resultado: Os passivos classificados a valor justo por meio do resultado são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período. Com base na análise dos ativos e passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2018, considerando os fatos e as circunstâncias existentes naquela data, os diretores da Companhia avaliaram o impacto da IFRS 9/CPC 48 sobre as demonstrações financeiras da Companhia, conforme segue: **Classificação e mensuração:** Todos os ativos financeiros e passivos financeiros continuarão a ser mensurados nas mesmas bases atualmente adotadas conforme a IAS 39/CPC 38, exceto no que tange à redução ao valor recuperável. **Redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Companhia aplicou essas alterações pela primeira vez no exercício corrente e teve o impacto de R\$ 187.125, reconhecidas como provisão de crédito para suas contas a receber de clientes contra o patrimônio líquido e constituição de 34% referentes aos efeitos tributáveis correspondentes. **Contabilização de hedge:** As novas exigências de contabilização de *hedge* estão mais alinhadas às políticas de gestão de riscos da Companhia, com instrumentos de *hedge* geralmente mais qualificados e itens cobertos; portanto, a avaliação das atuais relações de *hedge* da Companhia indica que estas estão qualificadas como relações contínuas de *hedge* após a aplicação da IFRS 9/CPC 48. **3.1.2. Impactos da adoção inicial da IFRS 15 (CPC 47) - Receita de contratos com clientes:** A IFRS 15/CPC 47 estabelece um modelo simples e claro para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. A IFRS 15/CPC 47 substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente na IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva. Os princípios fundamentais da IFRS 15/CPC 47 são de que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no montante que reflete sua consideração de qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços. Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita: • Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com o cliente. • Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato. • Passo 3: Determinar o preço da transação. • Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato. • Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho. Com a IFRS 15/CPC 47, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente. A Companhia reconhece receitas provenientes das seguintes principais fontes: • Venda de defensivos agrícolas, além de produtos farmacêuticos, incluindo medicamentos, equipamentos de imagem e diagnóstico, agentes de contraste e medicamentos de uso animal. A Companhia avaliou que a contabilização das vendas de defensivos agrícolas e produtos farmacêuticos se dá de forma semelhante à sua prática atual, de acordo com a IAS 18/CPC 30. O momento do reconhecimento de receitas para a obrigação de desempenho (ou seja, no momento da venda de mercadorias quando as mercadorias são entregues ao cliente) também deve ser consistente com a prática atual. A provisão para devoluções de vendas é parte integrante

→ continuação

→☆continuação

BAYER S.A. - São Paulo - SP - CNPJ nº 18.459.628/0001-15

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado:

| | Terrenos e Edificações | Benfeitorias | Máquinas e equipamentos | Móveis e utensílios | Equipamentos de informática | Veículos | Imobilizações em andamento | Imobilizado total |
|---|------------------------|--------------|-------------------------|---------------------|-----------------------------|----------|----------------------------|-------------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | 42.943 | 209.121 | 188.322 | 18.140 | 21.331 | 89.227 | 157.355 | 726.439 |
| Aquisições | 260 | 99.498 | 23.454 | 5.969 | 7.288 | 24.648 | - | 161.117 |
| Alienação e baixas, líquidas | (182) | (109) | (7.204) | (111) | (136) | (7.424) | - | (15.166) |
| Transferências | - | 58.403 | 22.723 | 1.938 | 10.913 | 611 | (94.588) | - |
| Depreciação | - | (17.791) | (32.032) | (5.526) | (8.658) | (22.853) | - | (86.860) |
| Reversão de provisão - Ativos de Belford Roxo | - | 4.347 | 148 | 7 | - | - | - | 4.502 |
| Incorporação Biagro: | | | | | | | | |
| Custo do ativo imobilizado | 36 | 1.748 | 1.078 | 96 | 6 | - | - | 2.964 |
| Depreciação acumulada | - | (283) | (494) | (31) | (6) | - | - | (814) |
| Incorporação Nunhems: | | | | | | | | |
| Custo do ativo imobilizado | 590 | 10.839 | 1.723 | 580 | 252 | 3.206 | - | 17.190 |
| Depreciação acumulada | - | (1.253) | (569) | (136) | (177) | (1.559) | - | (3.694) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 43.647 | 364.520 | 197.149 | 20.926 | 30.813 | 85.856 | 62.767 | 805.678 |
| Custo total | 49.450 | 521.915 | 685.921 | 54.734 | 73.764 | 147.557 | 62.767 | 1.596.108 |
| Depreciação acumulada | (5.803) | (157.395) | (488.772) | (33.808) | (42.951) | (61.701) | - | (790.430) |
| Aquisições | - | 8.877 | 14.690 | 854 | 6.900 | 29.061 | 50.233 | 110.615 |
| Alienações e baixas, líquidas | (22.280) | (136.331) | (31.275) | (1.750) | (7.530) | (30.004) | - | (229.170) |
| Transferências | 90 | 22.028 | 11.210 | 1.641 | 9.877 | 2.306 | (47.152) | - |
| Depreciação | - | (20.172) | (32.989) | (4.142) | (13.412) | (20.559) | - | (91.274) |
| Provisão desinvestimento AH | - | - | (1.274) | - | - | - | - | (1.274) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 21.457 | 238.922 | 157.511 | 17.529 | 26.648 | 66.660 | 65.848 | 594.575 |
| Custo total | 27.470 | 402.005 | 662.878 | 53.659 | 78.993 | 113.098 | 65.848 | 1.403.951 |
| Depreciação acumulada | (6.013) | (163.083) | (505.367) | (36.130) | (52.345) | (46.438) | - | (809.376) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 21.457 | 238.922 | 157.511 | 17.529 | 26.648 | 66.660 | 65.848 | 594.575 |

As baixas do ativo imobilizado estão substancialmente associadas aos ativos do segmento de Seeds que foi desinvestido no ano, conforme mencionado na nota explicativa 1. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

| | Marcas, patentes | Software | Ágio sobre investimentos | Projetos em Andamento | Total |
|----------------------------------|------------------|----------|--------------------------|-----------------------|-----------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | 100.276 | 8.598 | - | 100.799 | 4.939 |
| Aquisições | 4.287 | 383 | - | - | 86 |
| Alienação e baixas | - | (14) | - | - | (14) |
| Transferências | 314 | 741 | - | - | (1.055) |
| Amortização | (17.866) | (4.518) | - | - | (22.384) |
| Incorporação Nunhems: | | | | | |
| Custo do Intangível | - | 32 | - | - | 32 |
| Amortização acumulada | - | (29) | - | - | (29) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 87.011 | 5.193 | - | 100.799 | 3.970 |
| Custo total | 149.494 | 47.869 | - | 167.061 | 3.970 |
| Amortização acumulada | (62.483) | (42.676) | - | (66.262) | (171.421) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 87.011 | 5.193 | - | 100.799 | 3.970 |
| Saldos em 01 de janeiro de 2018 | 87.011 | 5.193 | - | 100.799 | 3.970 |
| Aquisições | 4.358 | 355 | - | - | 740 |
| Alienações e baixas | (76.026) | (1.708) | - | (95.844) | (173.578) |
| Transferências | 131 | 3.528 | - | - | (3.659) |
| Amortização | (10.857) | (3.265) | - | - | (14.122) |
| Provisão desinvestimento AH | - | (63) | - | - | (63) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 4.617 | 4.040 | - | 4.955 | 1.051 |
| Custo total | 24.700 | 49.048 | - | 71.217 | 1.051 |
| Amortização acumulada | (20.083) | (45.008) | - | (66.262) | (131.353) |
| Valor residual | 4.617 | 4.040 | - | 4.955 | 1.051 |

As baixas estão substancialmente associadas aos ativos intangíveis ligados ao segmento de Seeds, que foi desinvestido, conforme mencionado na nota explicativa 1. Tratam-se da baixa do ágio gerado quando da aquisição da Wehrtec e Soytech (ambas com atuação no segmento de sementes genéticas), bem como a baixa de bancos de germoplasma de soja. A vida útil-econômica média estimada das marcas e patentes é de, no máximo, vinte anos, e das licenças de uso de software é de cinco anos. **14. Empréstimos e Financiamentos:**

| | Taxa anual de juros | 31.12.2017 | Pagamentos | | Provisão de Juros | 31.12.2018 |
|---------------------------|---------------------|------------|------------|--------------|-------------------|------------|
| | | | Principal | Juros | | |
| Bayer Antwerpen - Bélgica | 8,55% | 5.765.454 | 7.055.000 | (10.145.000) | (422.027) | 316.779 |
| Monsanto Brasil | 10,24% | - | 540.000 | - | - | 18.482 |
| | | 5.765.454 | 7.595.000 | (10.145.000) | (422.027) | 335.261 |

| | Taxa anual de juros | 31.12.2017 | Pagamentos | | Provisão de Juros | 31.12.2018 |
|---------------|---------------------|------------|------------|-----------|-------------------|------------|
| | | | Principal | Juros | | |
| Crédito rural | 7,75% | 157.198 | 289.608 | (188.632) | (5.690) | 18.666 |

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

2021- R\$ 558.482

15. Provisões Diversas:

| | 2018 | 2017 |
|---|-----------|-----------|
| Provisão para campanhas e incentivos de venda (a) | 893.102 | 488.268 |
| Provisão para devoluções de vendas (b) | 322.343 | 466.535 |
| Provisão para descontos e fretes | 13.874 | 16.535 |
| Provisão para reestruturação | 559 | 4.293 |
| Outras | 55.785 | 62.258 |
| Total | 1.285.663 | 1.037.889 |

(a) A provisão para campanhas e incentivos de vendas refere-se, substancialmente, às operações da divisão Cropscience. A provisão é composta por 8 programas de incentivos, oferecidos aos diferentes tipos de clientes: distribuidores, cooperativas e clientes finais. Estes programas são oferecidos a cada cliente, de acordo com a sua categoria e também atuação no mercado. Os valores que compõe a provisão, por cada programa, são registrados no momento da venda e, ao final do ciclo operacional (fim da safra), cada programa de incentivo é mensurado e suas respectivas premiações são pagas, de acordo com os cumprimentos de metas e objetivos. (b) A provisão para devoluções de vendas está, também, substancialmente associada à divisão Cropscience. O saldo desta posição objetiva o reconhecimento das devoluções futuras correspondentes ao ciclo operacional de venda ainda não encerrado. A provisão é calculada com base na média das devoluções históricas dos últimos 5 ciclos de venda (5 últimas safras) e compreende também uma revisão de premissas futuras tais como área plantada, mudanças em preços de commodities agrícolas, câmbio e variações no segmento de mercado. Os valores são reconhecidos mensalmente baseados nas vendas do mês, e sua utilização dá-se ao final do ciclo operacional de venda, mediante o recebimento das devoluções efetivas. **16. Depósitos Judiciais e Provisão Para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas:** A Companhia é parte envolvida em processos fiscais, cíveis e trabalhistas em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais. Os saldos estão apresentados a seguir:

| | Depósitos judiciais | | Provisões para contingências | |
|--------------------------------------|---------------------|---------|------------------------------|-----------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Ações fiscais | 161.508 | 156.132 | 136.863 | 135.644 |
| Ações trabalhistas e previdenciárias | 33.221 | 31.988 | 80.653 | 77.230 |
| Ações cíveis | 6.149 | 9.999 | 67.383 | 132.480 |
| | 200.878 | 198.119 | 284.899 | 345.354 |
| (-) Depósitos judiciais | - | - | (200.878) | (198.119) |
| | - | - | 84.021 | 147.235 |

A movimentação das provisões está demonstrada conforme a seguir:

| | Trabalhistas | | Cíveis | Total |
|---------------------------------|--------------|----------|----------|----------|
| | Fiscais | Total | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 133.674 | 71.347 | 121.157 | 326.178 |
| Adições | - | 19.550 | 13.553 | 33.103 |
| Pagamentos | (1.341) | (3.289) | (4.204) | (8.834) |
| Reversões | (15) | (14.552) | (13.084) | (27.651) |
| Atualizações monetárias | 3.326 | 4.175 | 15.057 | 22.558 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 135.644 | 77.231 | 132.479 | 345.354 |
| Adições | 240 | 18.172 | 26.431 | 44.843 |
| Pagamentos | (569) | (4.168) | (20.087) | (24.824) |
| Reversões | (70) | (11.903) | (72.785) | (84.758) |
| Atualizações monetárias | 1.618 | 1.321 | 1.345 | 4.284 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 136.863 | 80.653 | 67.383 | 284.899 |

A seguir, um detalhamento sobre os processos mais relevantes de perda estimada como provável: a) As ações judiciais de natureza fiscal referem-se, de maneira geral, a discussões de pedidos de ressarcimentos de créditos tributários, principalmente federais (IRPJ, CSLL, IPI, PIS e COFINS), alegações de não recolhimento de impostos e contribuições, e autos de infração

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos dos apresentados é a seguinte:

| | 2018 | 2017 | |
|--|-----------------|-----------|------|
| Em 1º de janeiro | 811.668 | 843.483 | |
| Retorno esperado sobre os ativos do plano | 76.933 | 83.472 | |
| Ganhos atuariais | (10.295) | 66.088 | |
| Benefícios pagos | (41.050) | (40.210) | |
| Contribuição do empregador | - | 449 | |
| Encerramento/liquidação parcial do plano | - | (141.614) | |
| Em 31 de dezembro | 837.256 | 811.668 | |
| Os valores reconhecidos no resultado são: | 2018 | 2017 | |
| Custo financeiro | 65.049 | 71.238 | |
| Ganhos/perdas liquidação | - | 27.189 | |
| Custo dos serviços correntes | 5.198 | 6.488 | |
| Ganhos de reduções | - | (7.742) | |
| Retorno esperado sobre os ativos do plano | (65.048) | (71.238) | |
| Total incluído nos custos de pessoal | 5.199 | 25.935 | |
| Para determinação dos passivos e custos com pós-empregados relativamente ao plano de complementação de aposentadoria, foi adotado o método atuarial do crédito unitário projetado, estando apresentadas a seguir as premissas utilizadas: | Percentual a.a. | 2018 | 2017 |
| Hipóteses econômicas: | | | |
| Taxa de desconto (nominal) | 9,25 | 9,75 | |
| Taxa de retorno esperado dos ativos (nominal) | 9,25 | 9,75 | |
| Taxa de retorno esperada dos custos com pensão | 4,00 | 4,25 | |
| Taxa esperada de aumento salarial (nominal) | 6,87 | 7,13 | |
| Inflação | 4,00 | 4,25 | |
| Hipóteses demográficas: | | | |
| Tábua de mortalidade | AT 2000 | AT 2000 | |
| Tábua de mortalidade de inválidos | IAPB 57 | IAPB 57 | |
| Tábua de entrada em invalidez | UP 84 | UP 84 | |
| b) Assistência médica: A Companhia mantém um plano de assistência médica como benefício pós-emprego para os funcionários da Bayer S.A., admitidos até 31 de dezembro de 1998. O plano é estruturado na modalidade de benefício definido, determinado anualmente em razão de cálculo atuarial procedido por atuário independente. A movimentação da provisão para assistência médica registrada no exigível a longo prazo foi a seguinte: | | | |

| | 2018 | 2017 | |
|--|-----------------|----------|------|
| Saldo inicial | 276.976 | 208.271 | |
| Benefícios pagos | (14.370) | (12.342) | |
| Custo do serviço corrente e juros sobre a obrigação atuarial | 27.380 | 23.561 | |
| Ganhos atuariais, líquido | 20.501 | 57.486 | |
| Passivo atuarial | 310.487 | 276.976 | |
| As premissas utilizadas pelos atuários independentes para o cálculo da provisão para assistência médica estão demonstradas a seguir: | Percentual a.a. | 2018 | 2017 |

Hipóteses econômicas:

| | | |
|--|-------|-------|
| Taxa de desconto (nominal) | 9,25 | 9,75 |
| Taxa de retorno esperada dos custos com assistência médica (nominal) | 11,03 | 11,67 |
| Inflação | 4,00 | 4,25 |

Hipóteses demográficas:

Tábua de mortalidade AT 2000 AT 2000

Tábua de mortalidade de inválidos IAPB 57 IAPB 57

Tábua de entrada em invalidez UP 84 UP 84

18. Patrimônio Líquido: a) Capital social: Em 19 de dezembro de 2018, os acionistas aprovaram o aumento de capital de R\$ 324.961, mediante a emissão de novas 252.278 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, dos créditos que as sócias detinham com a Companhia, provenientes da declaração de juros sobre capital próprio. Em 31 de dezembro de 2018 o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$1.633.002 representado por 2.333.152 ações ordinárias escriturais e estão distribuídas entre os seguintes acionistas:

| | 2018 | 2017 |
|----------------------------------|-----------|-----------|
| Quantidade de ações | | |
| Bayer Gesellschaft für Bet. GmbH | 3 | 3 |
| Bayer Hispania S.L. | 2.333.149 | 2.080.871 |
| | 2.333.152 | 2.080.874 |

b) Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. Em exercício findo 31/12/2018 foram constituídos o montante de R\$ 26.036 referente ao de lucro do exercício. c) Reserva de lucros: O saldo remanescente de reserva de lucros em 31 de dezembro de 2018 será utilizado conforme previsto no orçamento de capital da Companhia, a ser aprovada em Assembleia Geral Ordinária conforme disposto no artigo 192 da Lei 6.404/76. d) Outros resultados abrangentes: Correspondem a ganhos e perdas atuariais, efeito das mudanças no teto do ativo, retorno sobre ativos do plano de benefícios a funcionários, obrigações de aposentadoria, e saldos decorrentes da contabilidade de hedge. **19. Receita Operacional Líquida:**

| | 2018 | 2017 |
|----------------------------------|-----------|-------------|
| Receita com vendas: | | |
| Venda de produtos | 8.611.833 | 7.741.905 |
| Prestação de serviços | 176.856 | 216.571 |
| | 8.788.689 | 7.958.476 |
| Deduções de vendas: | | |
| Devoluções de vendas | (520.842) | (1.320.013) |
| Impostos sobre vendas e serviços | (423.711) | (380.276) |
| | 7.844.136 | 6.258.187 |

20. Informação sobre a Natureza das Despesas Reconhecidas na Demonstração do Resultado:

| | 2018 | 2017 |
|---|-------------|-------------|
| Matérias-primas - materiais para revenda - materiais de embalagens e industrialização | (5.243.364) | (4.107.008) |
| Custo com depreciação | (26.921) | (30.569) |
| Gastos com pessoal | (39.497) | (39.310) |
| Gastos com manutenção | (6.485) | (3.392) |
| Gastos com serviços | (46.919) | (34.336) |
| Demais gastos | (4.730) | (4.550) |
| Total do custo das vendas | (5.367.916) | (4.219.165) |
| Despesas com pessoal | (1.192.679) | (1.140.363) |
| Despesas com brindes, propaganda e marketing | (470.312) | (439.787) |
| Despesas com fretes | (191.136) | (190.665) |
| Despesas com serviços | (249.852) | (205.711) |
| Despesas com viagens e veículos | (33.304) | (45.307) |
| Encargos de depreciação e amortização | (78.476) | (78.675) |
| Despesas com manutenção | (41.598) | (49.050) |
| Despesas com contribuições, impostos e taxas | (53.233) | (98.159) |
| Despesas com seguros | (11.861) | (15.156) |
| Outras receitas (despesas) operacionais | 313.375 | (198.340) |
| Total das despesas vendas e despesas administrativas | (2.009.076) | (2.461.213) |
| Total do custo das vendas, despesas com vendas e despesas administrativas | (7.376.992) | (6.680.378) |

21. Resultado Financeiro:

| | 2018 | 2017 |
|--|---------|---------|
| Receita financeira: | | |
| Receitas de juros de aplicações e recebimentos em atraso | 172.124 | 130.499 |
| Receitas de juros sobre contas a receber - ajuste valor presente | 444.154 | 496.646 |
| Atualizações monetárias | 27.629 | 42.822 |
| | 643.907 | 669.967 |
| Despesa financeira: | | |
| Despesas de juros sobre empréstimos | (367 | |

—☆—continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Instrumentos Financeiros: 22.1 Categorias de instrumentos financeiros:

| | 2018 | 2017 |
|---|-----------|-----------|
| Ativos financeiros: | | |
| Custo amortizado: Caixa e equivalentes de caixa | 126.984 | 644.273 |
| Contas a receber de clientes | 5.145.475 | 5.714.688 |
| Outros ativos | 129.508 | 113.813 |
| Passivos financeiros: | | |
| Custo amortizado: | | |
| Fornecedores | 732.588 | 250.230 |
| Fornecedores - partes relacionadas | 763.555 | 297.823 |
| Empréstimos - partes relacionadas | 3.128.689 | 5.765.454 |
| Empréstimos e financiamentos | 271.150 | 157.198 |
| Outras contas a pagar e provisões | 1.357.642 | 1.090.649 |

Valor de mercado dos instrumentos financeiros: Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, excluindo-se aqueles com partes relacionadas, quando comparados com os valores eventualmente obtidos em sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros, aproximam-se, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, existem valores a receber de/a pagar a partes relacionadas que estão registrados de acordo com as condições acordadas entre as partes. **23. Gerenciamento de Risco:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia que usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela sua matriz. A tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais. A matriz estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. 23.1. Risco de mercado: a) Risco cambial: A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras e ativos e passivos reconhecidos. A administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As operações da Companhia que estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de *hedge*, efetuadas sob a orientação da tesouraria da Companhia. Para administrar seu risco cambial decorrente de operações comerciais futuras e de ativos e passivos reconhecidos, a Companhia usa contratos a termo negociados com os bancos locais. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidas em moeda diferente da moeda funcional da Companhia. A política de gestão de risco financeiro da Companhia é a de proteger 100% de sua exposição em moedas diferentes da moeda funcional. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia possuía ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir:

| | 2018 | | 2017 | |
|--|--------------------------|-----------|--------------------------|-----------|
| | Dólares norte-americanos | Reais | Dólares norte-americanos | Reais |
| Ativo: | | | | |
| Contas a receber - partes relacionadas | 24.485 | 94.861 | 34.836 | 115.217 |
| Contas a receber | 126 | 489 | - | - |
| Passivo: | | | | |
| Fornecedores - partes relacionadas | (183.653) | (711.617) | (95.455) | (315.766) |
| Fornecedores | (2.198) | (8.518) | (932) | (3.083) |
| Empréstimos - partes relacionadas | - | - | - | - |
| Exposição líquida | (161.240) | (624.785) | (61.551) | (203.632) |

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira: A Companhia está exposta principalmente ao dólar norte-americano (US\$). A tabela a seguir detalha o impacto decorrente do aumento ou da redução de 10% no real (R\$) em relação ao dólar norte-americano (US\$). 10% é a taxa de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de moeda estrangeira ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui

BAYER S.A. - São Paulo - SP - CNPJ nº 18.459.628/0001-15

somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão na data do balanço para uma mudança de 10% nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui as contas apresentadas a seguir. Um número positivo indica um aumento no resultado e no patrimônio quando o real (R\$) é valorizado em 10% em relação à moeda em questão. Um número negativo indica um aumento no resultado e no patrimônio quando o real (R\$) é desvalorizado em 10% em relação à moeda em questão.

| | 2018 | 2017 |
|--|----------|------|
| Ativo: | | |
| Contas a receber - partes relacionadas | 9.487 | - |
| Passivo: | | |
| Fornecedores - partes relacionadas | 71.259 | - |
| Fornecedores | 854 | - |
| Resultado | (62.626) | - |

b) Risco de taxa de juros: Durante 2018 as contratações de empréstimos efetuadas foram integralmente realizadas com partes relacionadas, com prazo médio de 190 dias e taxas prefixadas em reais. Além dos empréstimos a Companhia têm crédito rural com algumas instituições financeiras, com o prazo médio 265 dias. c) Risco de crédito: O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais inadimplências das contas a receber. As contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes em diferentes segmentos e áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber e, quando apropriado, garantias de crédito são requeridas. d) Risco de liquidez: O risco da Companhia é não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar a seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazos entre os recebimentos e pagamentos. O planejamento orçamentário é preparado pela área de Negócios. A tesouraria recebe as informações, consolida e projeta a fluxo de caixa para o período de 12 meses. A Companhia investe o excesso de caixa em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), sempre com liquidez diária, e com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Tabela do risco de liquidez: O valor contábil dos passivos financeiros não derivativos, mensurados pelo método do custo amortizado, e os correspondentes vencimentos estão demonstrados a seguir:

| | 2018 | | 2017 | |
|------------------------------------|--------------|----------------|--------------|----------------|
| | Até de 1 ano | Acima de 1 ano | Até de 1 ano | Acima de 1 ano |
| Fornecedores | 732.588 | 250.230 | - | - |
| Fornecedores - partes relacionadas | 763.555 | 297.823 | - | - |
| Empréstimos - partes relacionadas | 3.128.689 | 5.765.454 | - | - |
| Empréstimos e financiamentos | 271.150 | 157.198 | - | - |
| Provisões diversas | 1.285.663 | 1.037.889 | - | - |
| Arrendamento mercantil | - | 8.929 | - | - |

23.2. Gestão do risco de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de garantir o aumento sustentável do valor da Companhia para benefício de seus acionistas mundiais através de boa liquidez e credibilidade. A busca por estes objetivos é representada pela manutenção do custo de capital, pela otimização de sua estrutura, aperfeiçoando seus fluxos de caixa bem como a gestão efetiva de toda a espécie de risco. A gestão do capital é uma função exercida pela matriz da Companhia, em sua sede em Leverkusen, na Alemanha, onde o capital é avaliado em um âmbito global. Agências comissionadas contratadas pela Companhia provêm indicadores para grau de risco financeiro, permitindo aos acionistas a avaliação da qualidade de crédito da Companhia. A estratégia mundial para gestão do capital da Companhia é baseada em alguns indicadores, especificamente para o indicador que compara o nível do fluxo de caixa e o endividamento - alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

| Diretoria | |
|---|--|
| Marcos Auda Reginald Reichardt Ros - Presidente | Martin Gellert - Chief Financial Officer |

Aos Administradores e Acionistas da **Bayer S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Bayer S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bayer S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Transações com partes relacionadas: Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, a qual informa que a Companhia mantém transações significativas com partes relacionadas. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

| Contador | |
|--|--|
| Paulo Ricardo Brehmer Serem - CRC nº 1SP 244.234/O-1 | |

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como

obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

| Modalidade | Valor Nacional | Valor Justo | Ganho e perda não realizados |
|---|----------------|-------------|------------------------------|
| Moeda | | | |
| Non Deliverable Forward - Exposure | | | |
| - Compromissos de compra | 595.435 | 600.972 | 5.537 |
| Non Deliverable Forward - Vendas Indexadas - Compromisso de venda | 15.315 | 445 | 14.870 |
| Non Deliverable Forward - CPRs - Compromissos de venda | 3.273 | 79 | 3.194 |

Commodities

Contratos de futuros (opções) - Posição titular - venda 852.735 820.652 32.083

23.4 Operações de barter: Uma das modalidades de operação comercial na qual a Companhia atua no mercado é a denominada barter. Esta modalidade consiste na venda de produtos a um cliente mediante o recebimento do resultado da colheita do produtor (commodities agrícolas) em substituição ao pagamento efetivo de caixa. Esse recebimento de commodities pode ser tanto executado na forma "física", através do recebimento de grãos, quanto na forma "financeira", onde a empresa já negocia o direito sobre as commodities em mercado aberto correspondente. Uma vez que as operações envolvem negociações com commodities a Companhia adere ao uso de *hedge*, de forma a proteger as variações de preço das commodities no mercado. As operações iniciais de venda são registradas como Receita de Vendas gerando um Contas a Receber correspondente. A operação de barter (que possui um trâmite documental e negocial mais longo), ao se concluir, deriva a substituição do Contas a Receber original por um Contas a Receber em espécie (receivables in kind) da modalidade barter. A classificação deste documento é um instrumento financeiro e é avaliado a valor justo por meio do resultado. O mesmo tratamento contábil é adotado para as respectivas operações de *hedge*. **24. Garantias:** Existem garantias prestadas pela Companhia a terceiros, em montantes equivalentes às operações realizadas, relativas às seguintes operações:

| Tipo da Garantia | 2018 | 2017 |
|----------------------------------|---------|---------|
| Crédito Rural | | |
| Carta de fiança | 271.150 | 147.338 |
| Carta de fiança/ Seguro Garantia | 1.033 | 1.454 |
| Processos judiciais diversos | 16.070 | 15.478 |
| Processos judiciais diversos | 638.702 | 618.020 |
| Fornecimento de energia | 3.193 | 4.472 |
| Total | 930.148 | 786.762 |

25. Cobertura de Seguros: A Companhia tem a política de manter apólices de seguros para cobrir eventuais sinistros que possam atingir seu patrimônio ou responsabilidade civil a ela imputada. Considerando-se a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2018, cobertura de seguros contra riscos operacionais, estoques, bens do ativo permanente, lucros cessantes, entre outros no valor R\$5.952.817. **26. Eventos Subsequentes:** O Grupo Bayer encontra-se em um processo de integração com o grupo Monsanto, após a conclusão de sua aquisição e liberação pelas autoridades regulatórias em agosto de 2018. Adicionalmente, o Grupo também anunciou mundialmente ao final de 2018 uma iniciativa de reorganização de suas estruturas internas de forma a acomodar a evolução dos seus negócios. A iniciativa possui previsão de conclusão em 2022 e objetiva a geração de sinergias. Isso tudo resultará também em uma redução substancial no quadro de funcionários. Contudo, desde 31.12.2018 até a data da publicação destas demonstrações financeiras, não houve quaisquer derivações dos projetos mencionados ou quaisquer outros eventos relevantes que resultassem em algum impacto financeiro que devesse ser reconhecido nas demonstrações financeiras findas em 31.12.2018.

| Contador | |
|--|--|
| Paulo Ricardo Brehmer Serem - CRC nº 1SP 244.234/O-1 | |

obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

| Contador | |
|--|--|
| Paulo Ricardo Brehmer Serem - CRC nº 1SP 244.234/O-1 | |

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Fernando Augusto Lopes Silva

Contador - CRC nº 1 SP 250631/O-7

Deloitte.

RS Morizono Empreendimentos e Participações Ltda.

CNPJ: 02.964.887/0001-63

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais R\$)

| Balancos Patrimoniais | 31.12.2017 | 31.12.2018 | Balancos Patrimoniais | 31.12.2017 | 31.12.2018 | Demonstração do Resultado do Exercício | 31.12.2017 | 31.12.2018 |
|---|--------------------|--------------------|-------------------------------------|--------------------|--------------------|---|---------------------|--------------------|
| Ativo/Ativo Circulante | 139.717.310 | 220.660.566 | Passivo/Passivo Circulante | 9.899.213 | 97.562.426 | Receita Bruta | 84.154.154 | 56.182.940 |
| Caixa e Bancos | 1 | 11 | Empréstimos/Financiamentos | 98 | 74.923.507 | Deduções da Receita | (3.073.375) | (5.172.748) |
| Aplicações Financeiras | 1.942.817 | 467.731 | Débitos Intercompany | - | 4.298.862 | Impostos | (3.073.375) | (5.172.748) |
| Contas a Receber de Clientes | 1.659.560 | 20.886.863 | Fornecedores | 1.334.696 | 6.350.551 | Receita Líquida | 81.080.780 | 51.010.193 |
| Outros Créditos | 1.598.670 | 8.641.195 | Impostos e Contribuições a Recolher | 728.687 | 303.538 | Custo | (35.310.774) | (6.374.656) |
| Estoques | 134.487.813 | 186.723.337 | Obrigações Trabalhistas Correntes | 37.698 | 36.538 | Margem Bruta | 45.770.005 | 44.635.536 |
| Impostos a Recuperar | 15.300 | 262.196 | Adiantamento de Clientes | 3.204.800 | 8.513.400 | Despesas Operacionais: - Administrativas | (14.277.741) | (85.604.014) |
| Adiantamento de Terceiros | 13.149 | 3.679.233 | Provisões | 134.372 | 131.031 | Receitas/(Despesas) Financeiras | 825.786 | 43.646.745 |
| Ativo não Circulante - Longo Prazo | 80.841.402 | 105.410.045 | Outras Obrigações | 4.458.862 | 3.005.000 | Outras Receitas/(Despesas) Operacionais | (107.278) | 424.978 |
| Contas a Receber de Clientes | 24.689.571 | 24.689.571 | Passivo não Circulante | 5.000.392 | 9.163.292 | Resultado antes do IR/CSLL | 32.210.772 | 3.103.246 |
| Adiantamento para Futuro Investimento | 45.000 | 45.000 | Tributos e Contribuições Diferidos | 314.502 | 314.502 | Imposto de Renda da Pessoa Jurídica | (3.192.446) | (762.516) |
| Investimentos | 56.106.831 | 80.675.473 | Depósito Caução | 1.159.992 | 1.057.221,82 | Contribuição Social sobre o Lucro Líquido | (1.302.788) | (283.146) |
| Ativo não Circulante | 16.483.720 | 14.614.342 | Outros Débitos de Longo Prazo | 3.525.899 | 7.791.569 | Resultado Líquido | 27.715.538 | 2.057.583 |
| Imobilização | 24.614.102 | 20.041.499 | Patrimônio Líquido | 222.142.827 | 233.959.234 | Yoshimi Morizono - Representante Legal - CPF: 255.016.238-20 | | |
| (Depreciação Acumulada) | (8.130.381) | (9.435.267) | Capital Social | 222.142.827 | 148.142.828 | Célio Gomes da Silveira | | |
| Intangível | - | 4.008.111 | Ajuste de Avaliação Patrimonial | - | 83.482.692 | Contador - CRC: 1SP221634/O-2 - CPF: 266.617.698-31 | | |
| Total do Ativo | 237.042.433 | 340.684.953 | Resultados do Período | - | 2.333.714 | As Notas Explicativas e Demonstrações Financeiras completas estão disponíveis na sede da Companhia. | | |
| | | | Total do Passivo | 237.042.433 | 340.684.953 | | | |